



Mário Abrantes

Boas intenções e tele-lixo

Após o desencadear da ação de desmantelamento sistemático da Fábrica do Açúcar de Santa Clara, em Ponta Delgada, na sequência da aprovação parlamentar da extinção da empresa pública SINAGA, S.A, visando a alienação posterior dos respetivos terrenos, ação esta oportunamente denunciada pelo grupo de cidadãos Santa Clara-Vida Nova e por muitos outros açorianos (muitos deles da própria área política do governo) como atentatória dum património histórico-cultural de grande relevância para a cidade e para os Açores, o Governo Regional viu-se forçado a anunciar publicamente um importante recuo nas suas posições onde manifestou intenções de:

1. Conservar nas mãos da Região as áreas de interesse público, abrangendo o edificado da fábrica;
2. Submeter à consulta e discussão pública os diversos usos futuros dos terrenos da fábrica, incluindo a instalação de um Centro de Interpretação/Núcleo Museológico relacionado com a história industrial da ilha de S.Miguel, bem como as restantes soluções urbanas propostas para aqueles terrenos;
3. Preservar no fundamental os equipamentos e o património edificado da fábrica e devolver aos seus locais de origem o património móvel relevante que foi retirado na sequência do desmantelamento.

Ora estas intenções correspondem em grande parte àquilo que desde sempre a Freguesia de Santa Clara e o grupo de cidadãos em causa reivindicavam (e reivindicam) relativamente ao futuro da fábrica e respetivos terrenos, hoje património público.

Mas como muito bem acentuou o grupo, em nota de imprensa desta semana, sendo de saudar estas boas intenções governativas, é imperioso não esquecer, no entanto, que elas partem do mesmo governo que, pela voz do seu Secretário Regional, Bastos e Silva, em 11 de setembro passado, anunciava ao Parlamento que as máquinas, a marca SINAGA e todo o património imobiliário da fábrica eram para estar liquidados/vendidos, em princípio, até 2023...

Assim, até que as boas intenções se transformem em atos concretos, muito caminho há ainda a percorrer, antes que possa desvanecer-se a vigilância, a denúncia e a intervenção cidadã. É que, de intenções (indesejáveis para alguns interesses instalados no seio da coligação direitista) está o inferno cheio...

A nível nacional não queria deixar de fazer mais uma referência, que se vai tornando infelizmente crónica, ao nefando papel dos principais órgãos da comunicação social do meu país no que concerne ao respeito pela Democracia e à salvaguarda da sanidade mental das pessoas. Trata-se da desmedida e obsessiva propaganda partidária em curso que procura transformar Paulo Rangel, um oportunista recém-chegado à arena política pré-eleitoral nacional, retornado de Bruxelas e campeão do federalismo, no ansiado vencedor de tudo e mais alguma coisa. 100 anos de Saramago, não resisto a citá-lo: “Se a única coisa que oferecerem às pessoas for tele-lixo e omitirem que existem outras coisas, elas acreditarão que não existe mais nada para lá do lixo” ...” Essa mistura, o tele-lixo e os meios de comunicação dependentes, provoca que a sociedade esteja gravemente doente”.

Famílias açorianas abrangidas pela acção social vão receber formação contínua

O Vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, anunciou ontem que, a partir de 2022, com recurso a verbas do PRR, as “famílias Açorianas abrangidas pela acção social” terão acesso a “acções de formação contínua” para proporcionar “competência básicas complementares” ao nível, por exemplo, da procura activa de emprego e da gestão da economia doméstica.

“Se as nossas famílias estiverem bem estruturadas e organizadas, será mais fácil quebrar ciclos de pobreza e garantir que os seus filhos não saem precocemente do sistema educativo, podendo, mais tarde, chegar à universidade”, defendeu.

Artur Lima falava durante a cerimónia de inauguração da obra de requalificação da Escola de São João de Deus destinada à valência de Animação de Rua da Cáritas da ilha Terceira.

A obra teve um custo na ordem dos 170 mil euros e visou a adaptação do edifício da escola para o funcionamento da valência de Animação de Rua, que “acompanha continuamente mais de 50 crianças e jovens com vulnerabilidades específicas a nível sociofamiliar”.

Segundo Artur Lima, “os contextos difíceis em que estes jovens crescem e as situações problemáticas que vivem resultam, demasiadas vezes, em desvantagens sociais imperdoáveis”.

“As situações de desvantagem social têm de ser fortemente combatidas, tal como a equipa técnica do projecto de Animação de Rua da Cáritas faz todos os dias”, afirmou.

Para Artur Lima, os técnicos afectos a este projecto são um “exemplo de dedicação permanente”, uma vez que “motivam estas crianças para a mudança”, “estimulam o seu desenvolvimento pessoal” e a sua “inserção social”.

A finalizar, o Vice-presidente do Governo reconheceu a “obra social empreendida” pela Cáritas da ilha Terceira ao longo dos últimos anos, elogiando a “competência demonstrada pelos seus órgãos sociais” e a “entrega diária de todos os seus colaboradores”.

Governo quer PRR célere na Região

Foram publicadas em Jornal Oficial duas Resoluções destinadas a agilizar o processo de implementação do Plano de Recuperação e Resiliência-Açores.

No seguimento da contratualização, no passado dia 2 de Outubro, entre o Governo Regional e o Governo da República, dos 11 investimentos, orçados em 580 milhões de euros, previstos no PRR de Portugal e que constituem o PRR-Açores, e da publicação, no dia seguinte, do modelo de governação regio-

nal, importa agora que, na Região, cada um destes investimentos seja objeto, por um lado, de uma contratualização autónoma e específica, e, por outro, de um acompanhamento permanente da sua implementação, permitindo, deste modo, impulsionar a sua execução.

Assim, a primeira das resoluções aprovadas determina a celebração de um contrato entre o Membro do Governo Regional com competências nas matérias objeto de cada um dos investimentos e a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE) que, por indicação do Governo Regional, é o interlocutor regional junto da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, entidade responsável pela coordenação técnica e pela coordenação de gestão da execução do PRR a nível nacional.

A segunda das resoluções define as competências e ações a desenvolver pelos gestores de cada um destes investimentos, nomeadamente, a promoção do cumprimento integral e atempado do contrato e do investimento, dos seus marcos, metas e indicadores, e a observância das disposições legais aplicáveis particularmente em matéria de contratação pública e auxílios de estado.

Estes gestores de investimento são indicados por despacho dos referidos



Membros do Governo Regional, de entre trabalhadores com vínculo de emprego público com a Administração pública regional, e não lhes será devida qualquer remuneração para além daquela de que já auferem na Administração Pública regional.

Os investimentos do PRR-Açores compreendem o aumento das condições habitacionais na Região, a implementação da estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, a recapitalização do sistema empresarial dos Açores, a transição digital da Administração Pública, a educação digital, o hospital digital, a recuperação económica da agricultura dos Açores, o desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores”, a transição energética, a qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida e a rede viária regional.